



29

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0177724-6/01 – RECIFE/PE

EMBARGANTE: JEAN PAULO SILVA CASTRO

ADVOGADO: Eduardo Augusto Paurá Peres Filho OAB/PE 021220

EMBARGADO: EXCELSIOR MED LTDA.

ADVOGADO: Mário Roberto Cezar Jacome OAB/PE 007857

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

**EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
REDISCUSSÃO DO JULGADO.
IMPOSSIBILIDADE.**

1. Os embargos foram opostos na tentativa de ver modificado o acórdão, pois pedem nova apreciação dos elementos trazidos no apelo. Vislumbra-se, tão somente, o inconformismo da embargante com o resultado do julgamento que lhe foi adverso, desviando a essência do instituto com fins nitidamente de revisão do julgado, hipótese inconcebível na estreita via dos aclaratórios.

2. Por unanimidade, negou-se provimento aos aclaratórios.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 0177724-6/01, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 28 de maio de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

19
M

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0177724-6/01 – RECIFE/PE

EMBARGANTE: JEAN PAULO SILVA CASTRO

ADVOGADO: Eduardo Augusto Paurá Peres Filho OAB/PE 021220

EMBARGADO: EXCELSIOR MED LTDA.

ADVOGADO: Mário Roberto Cezar Jacome OAB/PE 007857

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos por **JEAN PAULO SILVA CASTRO** em face do acórdão através do qual esta Segunda Câmara Cível deu provimento parcial à apelação interposta pela seguradora, ora embargada.

Alega o embargante, nas suas razões recursais, que o acórdão vergastado se encontra em descompasso com o voto do Desembargador Revisor, isto porque, no voto, consta a inverídica informação de que o ora embargante teria optado por realizar a cirurgia que seu filho necessitava no Estado de São Paulo, mesmo existindo no Estado de Pernambuco médico para a especialidade reclamada.

Entretanto, alega o embargante que não é essa a premissa correta, já que não levou seu filho para realizar a cirurgia em São Paulo por opção, como aduziu o voto do Desembargador Revisor, mas, sim, pelo fato de a seguradora embargada não possuir profissional habilitado a realizar o procedimento no Estado de Pernambuco.

Com base nisso, defende o embargante que o acórdão dessa Câmara padece de contradição, já que partiu de uma premissa equivocada, que foi capaz de influenciar o resultado do julgamento.

Sustenta o embargante, mais, que a cláusula do contrato que limita a abrangência do contrato ao Estado de Pernambuco não pode servir de escusa à negativa de cobertura do tratamento previsto no contrato, não podendo a seguradora embargada negar ao segurado embargante um determinado tratamento que, pela inexistência de profissional conveniado e habilitado, ou seja, por sua culpa, não pode ser realizado no local previsto no contrato como sendo sua circunscrição.

Assevera o embargante, portanto, que o acórdão deveria ter considerado esse ponto, declarando a abusividade da referida interpretação, com o restabelecimento da condenação da embargada nos danos morais.




**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio**

Pugna para que sejam conhecidos os presentes embargos, bem como seja dado provimento ao mesmo, para sanar a contradição apontada, com o restabelecimento da condenação em danos morais, tudo para fins de prequestionamento das normas a seguir: CF, Art. 5º, *caput*, XXXII; CPC, Art. 333, II; CC, Arts. 186, 187, 927, § único, 944; CDC, Arts. 6º, VI e VIII, 14, §1º.

É o relatório.

Independente o feito de pauta, apresento-o à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 537 do Código de Processo Civil c/c Art. 85, “d”, do RITJ/PE.

Recife, 14 de maio de 2014.


Alberto Nogueira Virginio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

20
M

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0177724-6/01 – RECIFE/PE

EMBARGANTE: JEAN PAULO SILVA CASTRO

ADVOGADO: Eduardo Augusto Paurá Peres Filho OAB/PE 021220

EMBARGADO: EXCELSIOR MED LTDA.

ADVOGADO: Mário Roberto Cezar Jacome OAB/PE 007857

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Inconformado com o julgamento do apelo em apenso, o ora embargante opôs os presentes embargos, alegando contradição no acórdão, sob o argumento de que o mesmo teria partido de uma premissa equivocada, capaz de influenciar o resultado do julgamento, pelo que postulou, em seguida, pelo restabelecimento da condenação em danos morais.

No entanto, da simples leitura dos termos do *decisum* atacado, depreende-se que a fundamentação foi exposta de forma clara, satisfatória e congruente, revelando-se a intenção do embargante num mero inconformismo em face de uma decisão que lhe foi desfavorável.

A propósito, eis o que constou no voto de Revisão, da lavra do Eminentíssimo Desembargador Adalberto de Oliveira Melo (fls. 406/407), *verbis*:

O fato de que somente o médico que fez o procedimento cirúrgico no menor Lucas Gabriel, filho do apelado, tinha competência para tal, não é motivo capaz de se determinar que a [seguradora] apelante fizesse a cobertura das despesas efetuadas, fato que somente se justificaria se a mesma, [seguradora] apelada, não tivesse convênio com médico para a especialidade reclamada, que não é o caso.

[...] Na contratação de plano de saúde se tem conhecimento prévio das obrigações e dos direitos, não se permitindo ao usuário a escolha do médico que se entenda mais capaz para o atendimento do paciente. Acaso a [seguradora] apelante não tivesse nenhum médico conveniado para o tratamento reclamado subsistiria razão para a escolha em havendo previsão de cobertura.

[...] Quanto ao dano moral, entendo que ainda que fosse condenada a [seguradora] apelante ao ressarcimento das despesas



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

efetuadas com o procedimento cirúrgico, ainda assim descaberia a condenação para indenizar o autor por danos morais, pois somente a infundada recusa na cobertura do plano de saúde poderia gerar o direito à indenização. No caso em apreciação, há dúvida razoável quanto à obrigação da [seguradora] apelante, desde que a pretensão do autor [segurado], ora apelado, não se acha encartada em nenhuma das cláusulas do contrato firmado.

Como se vê, não há se falar em contradição no julgado, conforme sustentado pelo recorrente, eis que a Câmara se pronunciou acerca do assunto abordado no presente recurso, de forma clara e precisa.

Verifico, na verdade, um intuito manifesto do embargante em revisitar a matéria, que refoge ao âmbito dos aclaratórios, cuja finalidade precípua é tão somente sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** aos presentes embargos, para manter íntegro o *decisum* atacado.

É como voto.

Recife, ¹⁴~~8~~ de maio de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator